CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

PRIMAVERA SECUNDARISTA E ESCOLA SEM PARTIDO: PROJETOS IDEOLÓGICOS DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

HIGH SCHOOL STUDENTS' SPRING AND SCHOOL WITHOUT PARTY: IDEOLOGICAL PROJECTS OF EDUCATION AND SOCIETY

LA PRIMAVERA DE LA ENSEÑANZA MEDIA Y ESCUELA SIN PARTIDO: PROYETOS IDEOLÓGICOS DE EDUCACIÓN Y SOCIEDAD

Melody Rodrigues Fialho dos Santos [1]
Ivo Dickmann [2]

RESUMO
As ocupações foram um movimento inédito e, portanto, histórico, pois demonstra um novo posicionamento dos estudantes secundaristas, defendendo a educação e demonstrando um projeto de sociedade e de escola que faça sentido para os alunos dentro de suas realidades. Iniciamos o processo de levantamento bibliográfico, sendo a maioria dos artigos escritos entre os anos de 2015 e 2018. A partir deste conteúdo, analisamos os discursos, as ações e suas bases ideológicas. O movimento Escola Sem Partido denota um posicionamento voltado para o neoliberalismo e voltado para a manutenção de um sistema de privilégios. As ocupações mostraram que buscam uma educação de qualidade acessível a todos, onde possam desfrutar de arte, cultura e conhecimento. Politizar a discussão sobre a educação se faz imprescindível à medida que compreendemos nossas ações como aquelas que dão subsídios para os estudantes que, como provaram as ocupações, não são meros ouvintes..

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações. Ideologia. Escola Sem Partido.

ABSTRACT
The secondary occupations were an unprecedented and therefore historic movement, as they demonstrate a new positioning of high school students, advocating education and demonstrating a society and school project that makes sense to students within their realities. We started the process of bibliographic survey, most articles written between 2015 and 2018. From this content, we analyze the discourses, actions and

[1] Curso de Pedagogia - Unochapecó
[2] Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação - Unochapecó. Pós-doutor em Educação (Uninove, 2017-2018). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2011-2015). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2008-2010). Bacharel em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE, 2005-2007). Principal foco de atuação e pesquisa: Educação (perspectiva crítica e libertadora), Educação Ambiental (formação de educadores ambientais, ambientalização curricular, educação ambiental freiriana escolar e Pedagogia do Meio Ambiente Oprimido), Educação Popular (metodologia e epistemologia de Paulo Freire) e Universidades Comunitárias. Líder do Palavração - Grupo de Estudos, Pesquisa e Documentação em Educação Ambiental Freiriana. Entre as principais obras publicadas estão artigos em revistas científicas e os livros: Primeiras Palavras em Paulo Freire (2008; 2016; 2019), Pedagogia da Memória (2017), Dinâmicas Pedagógicas (2017), Educação Ambiental na América Latina (2018). Editor-chefe da Revista Pedagógica.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

their ideological basis. The School Without Party movement denotes a position on neoliberalism and on maintaining a system of privilege. The occupations have shown that they seek a quality education accessible to all, where they can enjoy art, culture and knowledge. Politicizing the discussion about education is indispensable, because we understand our actions as those that subsidize students who, as the occupations have shown, are not mere listeners.

KEYWORDS: Occupations. Ideology. School Without Party.

RESUMEN
Las ocupaciones fueron un movimiento sin precedentes y, por lo tanto, histórico, ya que demuestran un nuevo posicionamiento de los estudiantes de la enseñanza media, defendiendo la educación y demostrando un proyecto de sociedad y de escuela que tiene sentido para los estudiantes dentro de sus realidades. Empezamos el proceso de investigación bibliográfica y la mayoría de los artículos fueron escritos entre 2015 y 2018. A partir de sus contenidos, analizamos los discursos, acciones y sus bases ideológicas. El movimiento Escuela sin partido denota una posición hacia el neoliberalismo y hacia el mantenimiento de un sistema de privilegios. Las ocupaciones han demostrado que buscan una educación de calidad accesible para todos, donde puedan disfrutar del arte, la cultura y el conocimiento. La politización de la discusión sobre educación se vuelve indispensable a medida que entendemos nuestras acciones como otorgar subsidios a los estudiantes que, como han demostrado las ocupaciones, no son meros oyentes.

PALABRAS CLAVE: Ocupaciones. Ideología. Escuela Sin Partido.

1 INTRODUÇÃO

As ocupações foram um movimento inédito, pois demonstra um novo posicionamento dos estudantes secundaristas, defendendo a educação e demonstrando um projeto de sociedade e de escola que faça sentido para os alunos dentro de suas realidades. Ao estar presente dentro das ocupações no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – *Campus* Chapecó, pude conhecer a realidade do movimento e a forma como se organizavam.

> O movimento dos estudantes – ME, especialmente os do ensino médio e universitário, merece um destaque maior porque ele sempre esteve em momentos cruciais da história política do país. Das ações dos estudantes de Direito na fase do Brasil Império, passando pelas lutas estudantis dos anos 60, pelas diretas já de 1984, pelos Caras Pintadas de 1992, até a UNE atual, e as novas formas de ação, com ocupações em órgãos administrativos da universidade, ou as ocupações de escolas por estudantes do ensino médio, os estudantes são atores políticos relevantes no Brasil (GOHN, 2016, p. 2).

Em São Paulo, a Escola Fernão Dias Paes foi ocupada no ano de 2015 contra as medidas de fechamento de escolas em São Paulo. No dia 3 de outubro de 2016, cerca de 200 estudantes secundaristas decidiam ocupar o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, manifestando sua insatisfação com a MP 746 e com o movimento Escola Sem Partido (ESP). A partir des-

te colégio, localizado no Paraná, o movimento de ocupações começa a tomar proporções nacionais, sendo organizados de forma coletiva.

Em levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa sobre os temas do ESP e as ocupações secundaristas, foram selecionados 67 artigos, sendo 41 sobre as ocupações e 23 artigos selecionados dentre 29 sobre o ESP. Os 6 artigos sobre o referido movimento antagônico as ocupações foram retirados por tratarem de reflexos diretos em matérias específicas.

Em 2014, cresce o movimento "Escola Sem Partido", com várias tramitações articuladas, desde Câmaras de Vereadores nos municípios até a Câmara dos Deputados em Brasília, com preceitos a serem seguidos pelos professores e criminalizando quaisquer atitudes docentes que levem a prática de **doutrinação ideológica**.

Tanto as ocupações secundaristas quanto o movimento "Escola Sem Partido", apesar de antagonistas em suas posições, demonstram ser projetos ideológicos e de sociedade, por conta de suas declarações sobre o papel dos pais e professores, da escola e dos próprios estudantes.

Como hipóteses para essa pesquisa, temos: A Escola Sem Partido sinaliza preceitos da escola tradicional conservadora positivista no que diz respeito à relação professor-aluno e a transmissão do conhecimento; e também, a ocupação das escolas pelo movimento secundarista sinaliza para uma relação educador-educando libertadora, onde ambos são protagonistas na produção do conhecimento. O objetivo geral do trabalho foi demonstrar as diferenças entre a primavera secundarista e o Escola Sem Partido no que diz respeito aos projetos de escola e de sociedade. Para atingir esse objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) Fazer o levantamento da produção científica sobre a primavera secundarista e o movimento Escola Sem Partido (2015-2018); b) Reconstruir o movimento dialético de análise das ações das ocupações das escolas do movimento secundarista; c) Analisar os preceitos do "Escola Sem Partido" para compreender sua base ideológica.

Iniciamos o processo de levantamento bibliográfico dada a atualidade dos temas e movimentos estudados, sendo a maioria dos artigos escritos entre os anos de 2015 e 2018, e foram encontrados 41 artigos sobre as ocupações secundaristas e 29 artigos que tratam sobre o movimento "Escola sem partido", sendo 6 destes descartados por trabalharem na perspectiva de determinadas disciplinas e, por estas especificidades, acabou sendo excluída.

Foram levantadas 75 páginas de *Facebook* que difundem e apoiam o movimento Escola sem Partido, sendo que sua página com maior número de pessoas acompanhando chega a 214 mil pessoas, e 17 páginas contra este movimento. Das páginas criadas pelos estudantes que ocuparam suas escolas, 20 páginas foram criadas em nível de suas escolas ou de seus estados para divulgar informações e atividades que eram realizadas,

organizadas e planejadas pelos próprios estudantes como forma de comunicar-se com o mundo além das paredes de suas escolas.

Este trabalho possui um caráter qualitativo e desenvolvido a partir de questionamentos que se fizeram ao longo de experiências vivenciadas que buscando compreender como os estudantes fazem-se presentes nas suas escolas, vivenciando e participando da construção e de pensar a educação como instrumento de transformação das suas vidas e da sociedade num recorte definido pelas manifestações ocorridas em 2015 e 2016 em todo o país, incluindo a cidade de Chapecó.

Para Oliveira (2008, p. 570) a análise de conteúdo nos permite:

> O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros.

Assim, a análise de conteúdo nos permite analisar os discursos do movimento Escola Sem Partido e dos estudantes que ocuparam suas escolas e compreender como se deram suas movimentações nos mais diversos espaços a fim de compreender suas visões sobre a escola, como estes movimentos os envolvem e de que forma é possível dialogar e construir um projeto de escola e um projeto de sociedade que permita as múltiplas possibilidades de ser e pensar para todos.

2 ESCOLA SEM PARTIDO: CONJUNTURA E DEBATE

A educação tem sido um assunto muito debatido, tendo em vista suas percepções e ideias do que representa individual e coletivamente, acentuando-se no governo de Michel Temer levantou debates diante de suas ações como a aprovação da MP-746 que reforma o ensino médio e as discussões sobre a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Nesse cenário de disputa e debate, surgem movimentos dos mais diversos grupos e classes sociais na tentativa de repensar aspectos cotidianos e a escola entra em discussão por fazer parte da formação de crianças e jovens, pois é no ambiente escolar que ocorre a construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade. (SILVEIRA; NADER; DIAS, 2007).

Surge, então, um movimento foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib quando, segundo ele, numa tarde de setembro de 2003 sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia comparado Che Guevara, um

dos líderes da Revolução Cubana, a São Francisco de Assis, um dos santos mais populares da Igreja Católica, e se coloca como uma iniciativa de pais e estudantes preocupados com o que entendem como sendo a parcialidade política e ideológica dos professores e das escolas do país (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). A intenção do movimento é defender a "neutralidade" política, ideológica e religiosa do Estado.

O Escola Sem Partido se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, o uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

Já em 2014, o Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, fez contato com Miguel Nagib, criador do Movimento e pediu que este desenvolvesse um projeto de lei que pudesse colocar em prática as propostas defendidas pela Escola sem Partido, apresentado como o primeiro projeto de Lei que utiliza as propostas da Escola sem Partido no Brasil na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (MATTOS et.al, 2017). Depois disso, outros projetos de lei surgiram em diferentes âmbitos, chegando aos mais conhecidos nacionalmente: os projetos de lei de n° 867, na Câmara dos Deputados e o de n° 193, no Senado Federal.

A doutrinação política e ideológica, segundo o movimento, em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores. Para tanto, o movimento defende a afixação de cartazes nas escolas, em salas do ensino fundamental ao ensino médio, com seus princípios para que os professores possam se informar e conscientizar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). São os princípios do Escola Sem Partido:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais (sic) e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

5. O professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes e terceiros dentro da sala de aula.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 62), a educação escolar básica – ensino fundamental e médio – tem uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico e, condição para uma relação soberana e, portanto, não subalterna e colonizada com as demais nações. Para Miguel, trata-se de:

> [...] projetos de criminalização da docência, entendida em seu sentido mais profundo – o estímulo ao pensamento crítico e à capacidade de reflexão autônoma. Impedem que a atividade profissional dos docentes seja exercida de modo pleno e também deixam professoras e professores à mercê dos pais. Uma vez que a caracterização do que é vetado e do que constitui "assédio ideológico" é extremamente vaga e subjetiva, qualquer educador, a qualquer momento, poderia ser alvo de um processo. Longe de ser visto como partícipe do amadurecimento intelectual – e, por que não? político – dos educandos, o professor é percebido sempre como uma ameaça a ser contida. (MIGUEL, 2016, p. 614).

Para além de todo o exposto, surge também uma resposta ao movimento dentro das salas de aula. Estudantes de todo o país se reúnem e movimentam-se, debatendo educação e um novo formato das escolas em um movimento inovador e único, como resposta ao possível fechamento de escolas no estado de São Paulo e que ganha dimensão ainda maior a partir do momento que o Escola Sem Partido se populariza em 2014: as ocupações realizadas pelos estudantes secundaristas.

2.1 Neutralidade para educar: as bases ideológicas do Escola Sem Partido

Várias reformas institucionais foram realizadas a partir de 1980 com a intenção de ajustar o Estado brasileiro à ordem do novo padrão de produção do sistema capitalista, o que foi intensificado em 1990. Seus principais fundamentos dessa reforma vieram da doutrina neoliberal e exprimem a necessidade de restruturação das grandes áreas de atuação do Estado, estabelecendo um foco maior para as áreas sociais, como a educação, além de estabelecer pilares que afrontam a liberdade de estudantes, constituindo-se como processos autoritários – e, portanto, anti-educativos sob premissas quase nazi-facistas (PENNA, 2017).

Temas que antes estavam esquecidos, como é o caso do ensino domiciliar, retornam para o centro dos diálogos e outros seguem sendo pauta, como é o caso de uma educação "neutra" e uma escola "sem partido".

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

As políticas sociais brasileiras, conquistadas através das lutas dos movimentos sociais, estão relacionadas de forma direta com as condições de vida numa perspectiva econômica, política e social (PIANA, 2009). Do outro lado, as políticas neoliberais vêm ganhando espaço e corpo a medida que seu poder de atuação cresce em escala global e, nestas políticas, vemos como a educação está sendo questionada nas salas de aula e fora delas, provocando mudanças significativas. Na prática há uma profunda mercantilização da educação, chamada de reforma, vista como mercadoria, sendo o espaço da escola e da universidade cada vez mais como lugar de construção de lucros e não mais de conhecimento (FREITAS, 2018).

Com quarenta anos de existência, o neoliberalismo, que surge na surge na Europa Ocidental e na América do norte no período pós Segunda Guerra Mundial, ainda está fortemente presente no cotidiano.

Suas ideias fundamentam as políticas dos principais organismos econômicos multilaterais como FMI, OMC, Banco Mundial e dos governos dos países de capitalismo desenvolvidos e dos "países emergentes", ainda se mantém como o atual paradigma econômico e político, o que justifica seu estudo e análise de seus efeitos, principalmente dentro da educação.

> Baseada na revalorização do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX, esta ideologia tentaria recuperar o "sentido original do liberalismo", apontando para uma descaracterização do termo liberal em relação ao liberalismo clássico. Esta descaracterização seria sintoma do progressivo afastamento das sociedades ocidentais dos princípios que supostamente levaram estas sociedades a um período de melhoria sem precedentes do padrão de vida de sua população. (MATOS, 2008, p. 193).

Assim, o neoliberalismo, conforme Orso et. al (2013, p. 109), "[...] é o liberalismo reinventado, os fundamentos da desigualdade social são os mesmos, porém, charmosamente chamados de exclusão, enfim, a própria categoria ressignificação é um dos alicerces do sistema no qual estamos inseridos. A base do liberalismo encontra-se enraizada principalmente na propriedade privada dos meios de produção, na competição, no individualismo, e na defesa da liberdade de consciência e do livre mercado.

A proposta dos neoliberais para a crise nestes países era simples: manter o Estado forte o suficiente e assim poder romper com o poder dos sindicatos, os quais são entidades que representam grupos de trabalhadores, e manter o controle monetário, diminuindo os gastos sociais e interferindo menos na economia. Para além dessas medidas, propunham o abandono da meta de pleno emprego, o que criaria uma reserva de trabalhadores e reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos, ou seja, redução nos impostos sobre os rendimentos mais altos.

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

O governo de Thatcher, primeiro governo neoliberal, eleito na Inglaterra, foi caracterizado, conforme Anderson (1998), pela contração monetária, aumento das taxas de juros, diminuição de impostos sobre os altos rendimentos, abolição dos controles sobre fluxos financeiros, aumentos dos níveis de desemprego, repressão a greves, imposição de uma nova legislação antissindical, corte dos gastos sociais e um amplo programa de privatizações.

> Os hospitais públicos foram convertidos em empresas comerciais e estimulados a competir com os fornecedores privados de assistência médica. A educação foi reestruturada, com a responsabilidade pelo fornecimento de serviços educacionais devolvida às diretorias das escolas locais. As escolas cobravam remuneração por seus serviços e precisavam complementar o orçamento com atividades comerciais. As habilitações para os benefícios previdenciários de toda espécie foram rigorosamente cortadas, e a população foi estratificada em categorias econômicas que determinavam níveis de subsídio para os serviços estatais. Todo serviço estatal foi mercantilizado e todas as funções previdenciárias do Estado foram reduzidas (GRAY, 1999, p. 58).

Chaves (2007, p. 37) traz três ideias sobre a aplicação deste pensamento na educação:

> a) Sendo a educação um caso especial da área social, é a iniciativa privada que deve prover, com exclusividade, serviços e eventualmente bens na área da educação, devendo o Estado abster-se não só de prover serviços e bens nessa área como de regulamentar (através de legislação e normalização) as atividades que nela são exercidas pela iniciativa privada. b) Sendo o provimento de serviços e bens educacionais pela iniciativa privada uma forma não-diferenciada de participação no mercado, é perfeitamente legítimo que esse provimento seja cobrado daqueles que vão dele se beneficiar, sendo um contrassenso a noção de que a educação deve ser gratuita. c) Embora seja um bem que, em tese, todos deveriam perseguir, ninguém deve ser obrigado a buscar nem mesmo o seu próprio bem, tese essa que deve ter como corolário a não obrigatoriedade da educação.

Dentro da visão neoliberal, o estado é responsável pela crise, pois ele produziu um setor público incompetente e com privilégios ao mesmo tempo que o sistema privado é bem-sucedido, eficaz e demonstra qualidade em seus serviços. As políticas sociais precisam ser dirigidas e comparadas pela lógica do mercado, ou seja, o Estado basta em si mesmo, sendo necessário unicamente para atender os interesses do capital (FRIGOTTO, 1995). Em consequência, a educação tem sido considerada elemento relevante para consolidar o desenvolvimento do modelo de produção capitalista, sendo colocada na centralidade como estratégia para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural (NETO; CASTRO, 2005).

Tendo como foco a modernização do Estado, as reformas seguem em curso no Brasil, com vistas à liberalização, privatização e desregulação. Essas reformas ocorrem

em um "[...] cenário marcado pela redefinição do papel do Estado com relação as políticas educacionais. Nesse novo arranjo, o Estado provedor cede lugar ao Estado indutor e avaliador das políticas educacionais." (NETO; CASTRO, 2005, p. 7).

As diretrizes da educação foram estabelecidas através de um compromisso global por governos de vários países com o objetivo de proporcionar educação básica a todas as crianças e reduzir o analfabetismo entre adultos até o final da década. Também foi firmado um acordo de metas a serem cumpridas até 2015, tais como a obrigatoriedade do acesso à educação para todas as crianças, gratuita e de qualidade.

Cabe ressaltar que as entidades a elaborarem estas diretrizes, entre tantas, se destacam: a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). De acordo com Neto e Castro (2005, p. 8), "[...] as diretrizes delineadas por esses organismos buscam construir um consenso sobre os rumos das reformas educacionais nos países da América Latina".

Dessa forma, as políticas para a educação pública são resultantes de "imposições das instituições internacionais, particularmente do Banco Mundial, nas prescrições socioeducacionais, não apenas pelo monte de recurso financeiro de que dispõem, mas pela capacidade de gerenciar e manipular os governos" (SILVA, 2002, p. 2).

3 AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS: REALIDADES E SONHOS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS

3.1. As faces e lutas do movimento estudantil no Brasil: a força dos "secundas"

A partir da Revolução de 1930, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuar firmemente em organizações. A nova Constituição brasileira tornou o ensino primário obrigatório em todo país, levando a uma expansão da rede de ensino e a maior organização do movimento secundarista, isto é, aqueles que cursam o Ensino Médio. Surgem, então, as primeiras entidades municipais e estaduais, mas somente em 1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes. (UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SEDUNDARISTAS, 2018).

A fundação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidade a qual representa a nível nacional todos os estudantes de ensino médio e que organiza as Uniões Municipais e Estaduais destes estudantes (UMES, UEEs e etc.). Em 1948, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, os secundaristas lideraram a campanha "O Petróleo É Nosso", onde faziam a defesa da nacionalização do petróleo.

No rastro do sucesso da campanha, foi organizado o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro, tendo como resultado do encontro, a fundação da UNES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas)

em 25 de julho de 1948, mas em 1949 seu nome foi reformulado para UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

A primeira grande luta da entidade após a sua fundação foi o contra o aumento das taxas escolares, em 1950, que provocou uma greve geral no Rio de Janeiro e em São Paulo. No final da década de 1950 e início dos anos 1960, o movimento estudantil ganhou força, alcançando um papel protagonista do campo progressista e da luta popular. Diversas entidades secundaristas municipais e estaduais foram criadas, aumento a capilaridade e, consequentemente, o alcance da UBES por todo o país.

Entretanto, a repercussão do movimento estudantil e sua crescente força e organização fizeram com que os estudantes fossem agredidos, perseguidos e torturados durante a ditadura militar em 1964. A primeira ação, segundo a UBES, foi incendiar e fuzilar a sede dos estudantes na madrugada do dia 1º de abril de 1964, tendo como ação seguinte a lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), tornando ilegais as entidades estudantis como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES.

Em 1968, mesmo ano de promulgação do Ato Institucional Nº 5, que aumentava a perseguição e repressão aos estudantes, o secundarista Edson Luis foi morto por um tiro de soldado durante uma manifestação estudantil contra o preço do restaurante estudantil do Calabouço, sendo o primeiro estudante assassinado pela repressão. O velório no Rio de Janeiro levou mais de 50 mil pessoas para as ruas e se tornou em um ato de resistência contra a opressão da ditadura militar.

Os anos de 1970 foram os mais difíceis para a UBES em sua história. Segundo a entidade, todos os seus dirigentes foram obrigados a entrar para a ilegalidade — integrando a luta armada —, fugiram do país, sumiram, foram presos ou mortos. Três secundaristas combateram na Guerrilha do Araguaia. Em 1979, os secundaristas participam de campanhas pela Anistia e da reconstrução da UNE. Neste momento, se inicia o movimento pela refundação da UBES que, após três anos, realiza seu congresso em 1981, em Curitiba, elegendo Sérgio Amadeu como seu presidente.

Em 1984, durante o período de redemocratização do país, os secundaristas já eram a linha de frente da campanha pelas Diretas Já, tendo um grande papel na eleição de Tancredo Neves, o primeiro civil a dirigir o país após 21 anos do golpe militar, em 1985.

No mesmo ano, os secundaristas comemoram a aprovação da Lei do Grêmio Livre, autoria do deputado Aldo Arantes, que garantia a reabertura dos grêmios estudantis nas escolas do país. Em 1988, durante as discussões da Assembleia Constituinte, a UBES lutou e conquistou o voto facultativo para os jovens de 16 e 17 anos já nas eleições, assim como estiveram presentes no movimento "cara-pintadas", onde foram os principais personagens da campanha "Fora Collor!", que em 1992 arrastaram multidões

pelo país após o presidente Fernando Collor de Mello se envolver em escândalos de corrupção.

No período de 1990, a UBES resistiu contra o projeto neoliberal, as privatizações em setores estratégicos do país e o sucateamento da educação nacional nos governos Fernando Henrique Cardoso. A entidade cobrou a expansão e reformulação do ensino técnico, sob o *slogan* "Queremos mais do que apertar parafusos" e também ampliou a luta por outros direitos dos estudantes como a meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

Diante do exposto, podemos ver a contribuição que os estudantes, e neste recorte os secundaristas, contribuíram na construção da educação brasileira e na luta por direitos que só foram atingidos com sua movimentação e muita luta e, a partir destas, surgem novas necessidades e novas lutas, perspectivas e desafios.

3.2 "Ocupa Tudo": as palavras de ordem dos secundaristas que ocuparam suas escolas.

De acordo com Downing (2002), diante dos diferentes sentidos de "movimentos sociais" são criadas três classificações para a utilização do termo:

> 1º Refere-se à rebelião das massas, à multidão em tumulto, agindo de maneira cega e insensata, levada apenas por emoções impetuosas e descontroladas. 2º O modelo dos movimentos sociais como atores racionais: Os membros do público em geral precisam criar recursos alternativos para exercer influência sobre o processo político e de alocação. Esses recursos alternativos consistem em ações coletivas como greves, ocupações, passeatas, operações tartaruga, bloqueios de tráfego; 3º Novos Movimentos Sociais (NMSs): Movimentos sociais ecológicos, feministas ou pacifista. Alguns estudiosos sustentam que esses movimentos representam um novo estágio qualitativo na cultura política contemporânea, com características profundamente diferentes daquelas dos primeiros movimentos sociais (DOWNING, 2002).

Em defesa de suas escolas, os estudantes das escolas estaduais paulistas decidiram ocupar suas escolas. Segundo o blog "Primavera Secundarista", criado em 2017 por um grupo de estudantes de escolas particulares que percebiam as diferenças entre a rede particular e a rede pública e decidiram acompanhar as ocupações, esse movimento teve seu início:

> no segundo semestre de 2015, quando o governo do Geraldo Alckmin decidiu por uma reformulação da rede de ensino estadual. As mudanças se caracterizavam por uma junção de alunos de determinada faixa etária a fim de diminuir o número de classes ociosas, criando espaços que, ao ver da gestão, seriam melhores aproveitados. Com isso, muitas unidades de ensino seriam fechadas, fazendo com que muitos alunos fossem realocados, perdendo assim seus laços criados, prejudicando a rotina de uma família, podendo ter filhos estudando em instituições distintas, por exemplo. Conquanto, pais, professo-

> res e alunos iniciaram uma onda de protestos desde que a medida fora anunciada, reinvindicando (sic) seus direitos contra os cortes de gastos em investimentos na educação.[3]

No caso das ocupações das escolas, o movimento se caracteriza como a segunda categoria demonstrada por Downing (2002), que fala sobre os novos atores racionais. Foram ações pensadas com estratégia, debatidas em assembleias e orientadas a partir das entidades estudantis nacionais, estaduais e municipais, utilizando-se das redes sociais como WhatsApp, Twitter e Facebook como forma de organização, propagação e inserção da comunidade na movimentação começada pelos secundaristas.

> Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva [...]. Mas o papel de internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2003, p. 171).

A proposta do então governo de Geraldo Alckmin (PSDB) visava produzir um enxugamento na rede, ajustando o orçamento da educação. Seriam fechadas 92 escolas e mudança de ciclos de outras 754, com vista em instituir o ciclo único, abrindo possibilidade para privatizações e terceirizações às OS's. Os danos às comunidades e às famílias seriam muito grandes, pois caberia a transferência de escola para aproximadamente 310 mil alunos, além da demissão de aproximadamente 74 mil professores e trabalhadores que atuavam nas escolas que, a princípio seriam fechadas. Diversos eram os argumentos do governo do estado para tal medida, entre elas: a retração da população paulista em idade escolar; a afirmação de que o ciclo único seria responsável pelo aumento da qualidade de ensino em cerca de 10%.

A resposta dos estudantes secundaristas ao projeto de reorganização de suas escolas foi dada com um movimento de ocupação nas escolas de São Paulo, algo ousado, original e inovador. Suas características se mostram dentro destes adjetivos, pois mostrou que os estudantes estavam conscientizados politicamente, algo muito diferente do que afirmado pelo então Secretário de Educação da época que disse "ter vergonha dos resultados de educação de São Paulo" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

A originalidade do movimento é marcada pelo modo como as ocupações ocorreram, de forma nunca antes vista e longe do que se é conhecido dos movimentos sociais,

[3] Texto retirado do blog Primavera Secundarista. Disponível em < https://mnm162cg9.wordpress.com/o-que-sao-os-secundaristas/>

autogestionada, sem interferência de partidos políticos, não hierarquizada, o que a diferencia dos movimentos sociais clássicos.

> Não há uma fórmula secreta nem perfeita para ocupar um colégio. Simplesmente é necessário seguir alguns princípios básicos, ter clareza sobre como se organizar e ajustar o que foi planejado à conjuntura geral, à correlação de forças, etc. ORGANIZAÇÃO DURANTE A OCUPAÇÃO: Uma vez decidida e votada a ocupação do colégio pela totalidade dos estudantes, é primordial e "obrigatório" que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta. Para que se respeite a democracia e se garanta o cumprimento das tarefas, é necessário dividi-las de alguma maneira. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para temas particulares, que se ocupem de supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas. As seguintes comissões são básicas e não devem faltar em nenhum processo de ocupação: comida, segurança, imprensa, informação, limpeza, relações externas, assembleias, atividades recreativas e de formação (FRENTE DE ESTUDIANTES LIBERTÁRIOS, 2012).

A cartilha foi criada em 2006, quando mais de cem colégios foram ocupados no Chile. Os estudantes estavam cansados de ir as ruas fazer protestos e perceberam que a cobertura da mídia tradicional valorizava qualquer outro aspecto que não suas demandas (preferindo denunciar as ações dos estudantes). Decidiram que ocupariam suas escolas e só desocupariam quando o governo nacional aceitasse dialogar sobre mudanças na educação do Chile.

Os problemas entre ambos os grupos em suas realidades eram diferentes, porém seus métodos de reivindicar o acesso a uma boa escola foram compartilhados por acesso a internet e as críticas são semelhantes, como a forma de cobertura midiática, a organização tradicional e fabril das escolas, a divisão do trabalho que separa concepção e execução, trabalho intelectual e trabalho manual.

A autogestão foi mais uma das características marcantes das escolas ocupadas em São Paulo, pois a realização das atividades significava a apropriação do espaço físico da escola, identidade com a sua comunidade e dedicação ao lugar. Os alunos demonstraram essa preocupação organizando e participando de mutirões de retirada de entulhos, de pintura da escola e manutenção de jardins nas chamadas "comissões" feitas com os estudantes e sendo fiscalizadas pelos próprios, num modelo democrático, onde todos tinham responsabilidades com os seus atos e compromissos dentro do movimento.

As ocupações reformam o sentimento de pertencimento a uma escola e a uma comunidade pela identificação com seus colegas, seus professores e afeto pelas relações ali estabelecidas diariamente.

3.3. Educação para além da escola: as bases ideológicas do movimento estudantil

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

A ocupação é repleta de significados para além do território escolar. Segundo Gohn (2011, p. 333), a educação se realiza em espaços que ultrapassam os muros da escola, ou seja, a participação em movimentos sociais promove a aquisição de aprendizagens e produção de saberes. A possibilidade educativa dos movimentos sociais se expressa por meio de três dimensões: a dimensão da organização política, dimensão de cultura política e dimensão espacial temporal.

Na dimensão da organização política, conscientiza-se sobre os direitos adquiridos e seus processos que sempre são longos e constituídos de muitas fases, negociações e muita luta a partir dos movimentos sociais.

> A construção da cidadania coletiva se realiza quando identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam- -se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social. (GOHN, 2012, p. 22).

Dessa forma, as contradições são fundamentais na construção e aquisição de conhecimentos, pois permeiam a realidade social na busca por ampliação de direitos sociais e organização de estratégias de luta.

A segunda dimensão trata da ampliação da cultura política. Para Gohn (2013, p. 23), a "prática cotidiana nos movimentos sociais" possibilita o conhecimento de experiências do passado e fornece "elementos para a leitura do presente". Desta forma, aprende-se a:

> decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. [...] Aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de lutas, tais como músicas e folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo cenários vivenciados. E aprende-se, sobretudo a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus. (GOHN, 2012, p. 23).

A ideia de identidade com o espaço escolar e com a comunidade que cerca o estudante também traz consigo um sentimento de pertencimento àquela realidade. Neste contexto, a escola é um espaço multifacetado, dada a existência de múltiplas realidades dos seus estudantes e infinitas possibilidades de interação social. Segundo Castells (1999, p. 23):

> A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de

> tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço.

As ocupações dos estudantes de São Paulo iniciaram-se na capital e aconteceram em 60 cidades no ano de 2015, foram inspiradas na conhecida "Revolta dos Pinguins" ocorrida no Chile no ano de 2006, quando os estudantes adotaram essa medida como forma de pressionar o governo e chamar atenção para suas demandas.

O resultado das ocupações paranaenses foi a proporção nacional que o movimento de ocupações tomou. Segundo os dados do movimento Ocupa Paraná foram ocupadas mais de 850 escolas, além de 14 universidades e 3 núcleos regionais de Educação no Paraná e a nível nacional, a UBES contabilizou um total de 1.197 escolas ocupadas (ZINET, 2016).

Contando com um cenário nacional de crescimento da "onda conservadora" e neoliberal do Escola Sem Partido e as reformas do então governo Michel Temer, marcadas pela redução de direitos, pelas relações sociais marcadas pelo ódio nas redes e fora delas e pela violência.

Os secundaristas, em suas reinvindicações, debateram e bateram de frente com as críticas de movimentos contrários como o Movimento Brasil Livre (MBL). Por meio de sua atividade prática, os estudantes mostraram que não estão alheias as questões políticas do país. A grande rede, nacional e interligada, fez com que os secundaristas trocassem experiências e vivências dentro do processo de ocupar suas escolas, aprendendo e ensinando a todo o momento.

A maturidade demonstrada pela juventude que ocupou as escolas, pensando nos aspectos de cuidado e manutenção de duas escolas e apropriação da mesma é um reflexo do movimento estudantil sempre se fazendo presente nas lutas do país, tais como a forte repressão da Ditadura Militar e as Diretas Já.

> O estudante brasileiro sempre esteve na vanguarda dos principais acontecimentos políticos e sociais do país. (...) se deve ao fato de sempre ter havido nos meios estudantis nacionais uma profunda insatisfação no que se refere à condução do destino político e social do Brasil (BENEVIDES, 2006, p. 74).

A ação dos alunos produziu uma comoção social em todo o país, pois o movimento "Não fechem a minha escola" se distanciava da imagem construída pelos grandes e tradicionais meios de comunicação de massas, que apresentam a escola pública como uma instituição sucateada, violenta, frequentada por alunos desinteressados e desmotivados, oriundos de famílias problemáticas, proporcionando a população um maior conhecimento sobre as escolas brasileiras e tendo uma visão que conflitava diariamente com aquilo que mostrava na televisão. Segundo Junqueira (2017, p. 153):

CIÊNCIAS HUMANAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
URI FREDERICO WESTPHALEN
ISSN 1981-9250
PPGEDU

> O movimento de ocupação das escolas teve como principais agentes desencadeantes a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 (antes nomeada como PEC 241) que limitaria os gastos públicos e a Medida Provisória 476 que reforma o Ensino Médio e seu fomento. Durante o processo de ocupações nas escolas a pauta foi se alterando, ganhando outras bandeiras de lutas nacionais, regionais e particulares de cada escola.

Também se ressalta o movimento propriamente dito de ocupar, o qual tem um grande peso. Movimentos como o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) utilizam da estratégia de ocupação como a busca por direitos a uma terra para trabalharem, terem uma maneira de sustentar-se e reivindicar a reforma agrária, ou o direito por habitação para todos. Conforme Sigaud (2005, p. 258):

> Os indivíduos não permaneciam ali todo o tempo, pois a maioria não interrompia as atividades destinadas à manutenção da família, saindo para trabalhar nos canaviais, fazer biscates na construção civil, atuar como vigias ou vendedores ambulantes, catar caranguejos nos mangues etc., enquanto as famílias ficavam cuidando das barracas. Havia ainda aqueles que passavam longos períodos fora deixando a barraca fechada, sozinha, ou um parente ou conhecido tomando conta. Periodicamente retornavam e assim reafirmavam seus laços com os demais.

O cidadão quando consciente da sua posição e da sua importância na sociedade, conhecedor de si como um agente transformador do seu entorno e que é capaz de compreender o espaço em que está vivenciando, e como ator em sua realidade social, tem sua parcela de responsabilidade na manutenção das regras sociais e na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

4 RESULTADOS

Uma vez feita a análise do conteúdo dos movimentos, confrontamos diante de ideologias presentes na atualidade. Diante disso, foi construído um quadro comparativo entre as ideologias e os movimentos.

O ESP alinha-se com o neoliberalismo devido a suas proximidades nos discursos, procurando uma linha "neutra" e fora da política, encontrando na escola um espaço para formação puramente profissional. Dessa maneira, a escola seria como uma preparadora para o mercado de trabalho.

QUADRO 01: ESCOLA SEM PARTIDO E NEOLIBERALISMO

ASPECTO	ESCOLA SEM PARTIDO	NEOLIBERALISMO
Criação e motivação	Criado em 2004 pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib quando sua filha chegou da escola dizendo que o professor de história havia comparado Che Guevara a São Francisco de Assis	[...] denunciando a ―ameaça à liberdade individual‖, não só econômica como política que ― levaria a consequências imprevistas (porém inevitáveis), como o crescimento da

	e se coloca como uma iniciativa de pais e estudantes preocupados com o que entendem como sendo a parcialidade política e ideológica dos professores e das escolas do país (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).	coerção administrativa arbitrária e a progressiva destruição do estado de direito que, por sua vez, levariam à constituição de um regime totalitário. (MATOS, 2008, p. 194)
Como veem a educação pública	Críticas severas ao modo de ensinar dos professores e como os currículos são organizados.	Segundo o neoliberalismo, "o estado é responsável pela crise, pois ele produziu um setor público incompetente e com privilégios ao mesmo tempo que o sistema privado é bem sucedido, eficaz e demonstra qualidade em seus serviços." (FRIGOTTO, 1995)
Visão da educação	Defende uma educação voltada para a qualificação para provas como o ENEM e vestibulares, a fim de continuar a formação do indivíduo, ou já seguir para o mercado de trabalho.	"[...] contribuir para aumentar a produtividade e a competitividade empresariais, em especial dos setores monopolista da economia, principais difusores, em âmbito nacional, do novo paradigma produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal (NEVES, 2007, p. 212).
Preocupações acerca da doutrinação	a pretexto de transmitir aos alunos uma 'visão crítica' da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017)	O ensino primário torna-se necessariamente uma doutrinação. [...] A filosofia social do professor ou do autor do livro-texto falseiam a narrativa. Quanto mais for preciso sintetizar e condensar o texto a fim de torná-lo mais compreensível às mentes ainda imaturas de crianças e de adolescentes, piores serão os efeitos. (MISES, 2010, p. 990-991):
Como veem as manifestações e participações políticas	A manifestação de estudantes contrários a política do então governo Alckmin no período de 2015-2016 e que foram a causa das ocupações são vistas como balbúrdia e que os estudantes deveriam estar em suas escolas, estudando enfileirados com o professor a sua frente, transmitindo seus conhecimentos.	Manifestações são vistas, dentro do neoliberalismo como grupos que apresentam: 1) inferioridade intelectual – quanto mais elevada a educação e a inteligência dos indivíduos, mais se diferenciam os seus valores e opiniões e menor é a possibilidade de consenso sobre determinada hierarquia de valores; 2) população influenciável – um ditador encontraria apoio nas camadas dóceis e simplórias, sem fortes convicções próprias, que estariam mais propensas a aceitar um sistema de valores previamente elaborado, desde que apregoado com bastante estrépito e insistência; 3) identidade grupal

		baseada numa visão maniqueísta de sociedade dividida entre o nós e eles. (MATOS, 2008, p. 201)
Como observam a política	o ESP não é contra a educação pública, escancaradamente, mas acreditam que a escola deve dar subsídios sem quaisquer posicionamentos que envolvem a política, principalmente nos conteúdos de história, sociologia e filosofia.	Conforme Friedman (1962), pensador neoliberal, o papel do governo estaria limitado a garantir padrões mínimos de funcionamento, incluindo a garantia de conteúdo mínimo comum em seus programas.

Fonte: elaboração dos autores (2019).

O movimento secundarista de ocupações, entretanto, demostra um alinhamento maior com pensamentos de uma educação mais ampla, que construa o diálogo com a comunidade escolar e não-escolar e que se mobiliza, pois vê na educação um instrumento de emancipação individual e coletiva.

QUADRO 02: MOVIMENTO SECUNDARISTA E EDUCAÇÃO LIBERTADORA

ASPECTO	MOVIMENTO SECUNDARISTA	EDUCAÇÃO LIBERTADORA
Criação e Motivação	Descontentamento e preocupações a partir de medidas tomadas sem o diálogo com a sociedade como o fechamento das escolas e suas implicações na qualidade do ensino-aprendizagem.	A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os males da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar (TORO; WERNECK, 1996, p. 8).
O perfil do estudante	As ocupações eram decididas através de assembleias organizadas pelos estudantes, com o apoio das entidades estudantis. Organizavam-se em comissões para funções de cuidado e manutenção do espaço escolar, mas também para organizar aulas/oficinas sobre assuntos que envolviam suas pautas e sobre o movimento estudantil.	As ocupações de escolas pelos estudantes demonstram em como os jovens fazem parte do sistema, mesmo quando buscam, de alguma forma, o desconstruir para reconstruir de forma com que possam ser participantes ativos, pois —conseguiram mobilizar milhares de estudantes em processor democráticos reais (ORTELLADO, 2016, p. 16)
Modelo de Educação	A partir das escolhas feitas pelos estudantes, de forma democrática pois envolviam todos os presentes e decidido em conjunto, estes que ocuparam suas escolas demonstram uma educação que os inclui no processo de ensino-aprendizagem.	Para Zinet (2016, p. 2), os jovens presentes no movimento de ocupação demonstraram que é possível um modelo de educação que ultrapasse as paredes da sala de aula e os muros da escola, pois o aprendizado não se limita ao acesso de conteúdos.
Como observam a educação	Como ilustrado, os estudantes nunca estiveram de braços cru-	O estudante brasileiro sempre esteve na vanguarda dos principais

	zados para a educação. Seu desinteresse se mostra por um modelo de educação engessado e que não os ouve.	acontecimentos políticos e sociais do país. (...) se deve ao fato de sempre ter havido nos meios estudantis nacionais uma profunda insatisfação no que se refere à condução do destino político e social do Brasil (BENEVIDES, 2006, p. 74).
Como observam a política	Ao se apropriarem dos processos democráticos na organização de sua ocupação, os estudantes demonstraram o fazer político em suas ações para demonstrar o seu descontentamento com as ações dos governos, o qual é o norteador dos movimentos sociais.	Esse tipo de organização possibilitou aos estudantes secundaristas fazerem vivências de outras forma de práticas democráticas, nunca antes experimentadas na escola, que muitas vezes é pautada por formas tradicionais de ensino-aprendizagem.
Papel da Educação na Sociedade	O cidadão quando consciente da sua posição e da sua importância na sociedade, conhecedor de si como um agente transformador do seu entorno e que é capaz de compreender o espaço em que está vivenciando, e como ator em sua realidade social, tem sua parcela de responsabilidade na manutenção das regras sociais e na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e humana.	A cultura é de todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra (WILLIAMS, 1958, p. 1).

Fonte: elaboração dos autores (2019).

CONCLUSÃO

A todo o momento, estamos fazendo política, seja em nossas ações cotidianas ou escolhas de conteúdo a serem abordados, como nossas aulas são executadas e a forma de agirmos. Tudo está envolvido no cerne da política, pois esta demanda posicionamento, o que nos é exigido diariamente, numa sociedade onde a informação percorre os espaços de forma muito rápida.

Assim como os movimentos sociais se organizam, estes também disputam as mentes, corações e consciências do povo o tempo todo, difundindo suas ideias das mais diversas maneiras, sejam por sites próprios, fazendo falas em instâncias deliberativas ou nas ruas e ocupando suas escolas.

O movimento Escola Sem Partido denota um posicionamento voltado para o neoliberalismo e voltado para a manutenção de um sistema que privilegia e alimenta às grandes corporações, bancos e a classe dominante, pois, seu intuito, é o avanço do capitalismo, maior acúmulo do capital, menor regramento sobre os direitos dos trabalhadores e nega com radicalidade a participação da política, sendo este último muito perigoso.

Ao seu contrário, as ocupações mostraram que buscam uma educação de qualidade acessível a todos, onde possam desfrutar de arte, cultura, conhecimento e trazer suas vivências de modo a participar da comunidade escolar como seres atuantes que são, se integrando a escola de modo efetivo, construindo grêmios estudantis para se organizarem enquanto movimento e pensar em estratégias que façam com que a educação seja ainda mais plural e aberta para que os estudantes as construam com os educadores.

Politizar a discussão sobre a educação se faz imprescindível a medida que compreendemos nossas ações como aquelas que dão subsídios para os estudantes que, como provaram as ocupações, não são meros ouvintes. De acordo com Freire (1996, p. 14), o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P.; **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder:** juventude e movimento estudante. São Paulo, Annablume, 2006.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acessado em 10 out. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAVES, Eduardo. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. In: LOMBARDI, José; SANFELICE, José (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 1-60.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2002.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem Somos. 2017. Disponível em: < http://www.escolasempartido.org/sobre/quem-somos> Acessado em 10. Out. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRENTE DE ESTUDIANTES LIBERTÁRIOS. **Como ocupar um colégio**. Disponível em: < https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/17/como-ocupar-um-colegio/>.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** Recuperado em 16 de abril de 2016, de http://www.portalconservador.com/livros/Milton-Friedman-Capitalismo-eLiberdade.pdf

FRIEDMAN, M. **Decentralizing Schools.** Newsweek. Recuperado em 16 de abril de 2016, de http://0055d26.netsolhost.com/friedman/pdfs/newsweek/NW.11.18.1968.pdf , 1968.

FRIEDMAN, M. **Selling school like groceries:** the voucher idea. *The New York Times Magazine.* Recuperado em 16 de abril de 2016, de http://www.edchoice.org/who-weare/our-founders/the-friedmans-on-school-choice/article/selling-school-likegroceries-the-voucher-idea/

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; e RAMOS, Marise. **A Gênese do Decreto n. 5.154/2004:** um debate no contexto controverso da democracia restrita. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tenho vergonha da educação de SP, afirma secretário da gestão Alckmin.** 25/11/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710803-tenho-vergonha-da-educacao-de-sp-afirma-secretario-da-gestao-alckmin.shtml>. Acessado em: 10. out. 2018.

GRAY, John. **Falso amanhecer:** os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOHN. M. G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN. M. G. **Movimentos sociais e lutas pela educação no Brasil**: experiências e desafios na atualidade. In: XI AMPED SUL, 2016, Curitiba. Anais... Curitiba: conferência de encerramento, 2016. p. 01-12.

GOHN. M. G. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

JUNQUEIRA, Marili Peres. **Primavera secundarista:** as ocupações nas escolas estaduais públicas de Uberlândia-MG em 2016. *Revista Teoria e Cultura,* Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 149-162, jan./jun. 2017.

MATOS, S. T. **Conceitos primeiros de neoliberalismo.** *Rev. Mediações*. v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan./Jun. e Jul./Dez. 2008.

MATTOS, A. et al. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 87-104.

MIGUEL, L. F. **Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero"**: Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISES, L. **Ação humana:** um tratado de economia. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

NETO, Antonio Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina.** *Revista O público e o Privado*, Fortaleza, n. 5, jan./jun., 2005.

NEVES, Lúcia. Brasil século XXI: propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, José; SANFELICE, José (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 205-224.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de conteúdo temático categorial**: uma proposta de sistematização. *Rev. Enferm*. UERJ, Rio de Janeiro, 16(4): 569-576. out/dez, 2008.

ORSO et. al. **Educação e lutas de classes.** Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: LOMBARDI; SANFELICE (Org.). Liberalismo e educação em debate. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2013.

ORTELLADO, P. A primeira flor de junho. In: CAMPOS, A, M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. **Escolas de lutas.** São Paulo: Veneta, 2016. p. 12-18.

PENNA, Fernando Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

SIGAUD, Lydia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento:** a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2002.

PIANA, M. C. A. **Construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli; DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos:** versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: UNICEF, 1996.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SEDUNDARISTAS. **História UBES**: 40 milhões de estudantes, ideias e sonhos. Disponível em: < http://ubes.org.br/memoria/historia/> Acessado em 10. out. 2018.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SEDUNDARISTAS. **UBES divulga a lista das escolas ocupadas e pauta das mobilizações.** 11. out. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/.> Acesso em 10. out. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **A Cultura é de Todos.** Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Departamento de Letras da USP, 1958.

ZINET, C. **Centro de referências em educação integral:** escolas ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária. 08. jun. 2016. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/ > Acesso em 10. out. de 2018.